

Colecção

Documentos de Trabalho

nº 68

Sérgio Pires Vieira

**Crescimento económico,
desenvolvimento humano e pobreza**
Análise da situação em Moçambique

*Lisboa
2005*

*O CESA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza.

Análise da situação em Moçambique¹.

Introdução

A redução e erradicação da pobreza têm sido um tema central em economia do desenvolvimento. Os programas de luta contra a pobreza têm-se multiplicado e com eles as análises dos níveis e da composição da pobreza. No entanto, as bases teóricas e metodológicas dadas a este tema são bastante diversas. Nesta apresentação propõe-se exactamente discutir essas diferenças e avaliar as suas implicações na orientação das políticas de luta contra a pobreza.

No caso de Moçambique, “a pobreza tornou-se objecto particular de preocupação a partir de 1989, no segundo ano do Programa de Reabilitação Económica (PRE), no contexto da iniciativa dos doadores que levaria posteriormente à transformação do PRE em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)”². Este caso apresenta um interesse suplementar pelo facto de ter sido um dos países mais pobres do mundo, com as suas infra-estruturas físicas e o seu capital físico e humano muito debilitados³, que se empenhou tanto a nível governamental como não-governamental no combate à pobreza. Desde então vários estudos foram publicados sobre a questão da pobreza em Moçambique, levando posteriormente, em 2001 à aprovação pelo Conselho de Ministros do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – 2001/2005 (PARPA).

Partindo do caso de Moçambique, o objectivo central deste trabalho é discutir a conexão entre crescimento económico e redução da pobreza. Para tal confrontaremos diferentes perspectivas e resultados da pobreza em Moçambique. Num primeiro tempo será inevitável iniciar uma discussão prévia sobre alguns aspectos conceptuais e metodológicos. A primeira secção deste trabalho será por isso inteiramente dedicada a uma discussão em torno da definição, identificação e medição/agregação da pobreza.

¹ Este trabalho é a primeira etapa do projecto de pós-doutoramento subordinado ao tema “Estratégias económicas familiares no meio rural no Sul de Moçambique” e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/20702/2004). Foi realizado, no CESA, sob a orientação do Professor Jochen Oppenheimer. O autor está actualmente em funções nas Nações Unidas em Nova Iorque.

² Oppenheimer, Jochen; Raposo, Isabel. 2002. *A pobreza em Maputo*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Departamento da Cooperação. Coleção Cooperação, Lisboa. (p. 45)

³ Nomeadamente por causa da guerra que assolou o país até 1992.

Num segundo tempo, veremos então como têm evoluído os níveis de pobreza em Moçambique e os factores que mais influenciaram essa evolução. Analisar-se-á primeiro a evolução do crescimento económico. Em seguida confrontaremos duas perspectivas da evolução da pobreza: uma primeira perspectiva baseada na análise da privação em termos de necessidades básicas e uma segunda baseada na privação em termos de oportunidades e escolhas dos indivíduos⁴. A partir daqui poderemos levantar algumas considerações sobre a conexão entre crescimento económico e redução da pobreza.

⁴ Neste caso poder-se-ia falar igualmente de privação quanto ao desenvolvimento humano básico. Este conceito de pobreza humana será discutido mais à frente.

1. Definição, identificação e medição dos níveis de pobreza

Embora a luta contra a pobreza e a promoção do bem estar dos mais carenciados tenham sido amplamente generalizadas, falta ainda encontrar maior consenso em torno da definição e da medição de pobreza.

Estas duas questões merecem ser levantadas em qualquer análise sobre pobreza: tanto a sua identificação, como a sua medição⁵. Desde logo, será necessário definir um conceito de pobreza que foque a condição específica dos pobres e ajude assim a identificá-los. Por isso num primeiro ponto trata-se da pobreza em termos conceptuais, tentando responder à questão aparentemente tão simples como o que significa ser pobre. Num segundo ponto, faz-se um breve resumo das escolhas metodológicas possíveis para identificar a pobreza, nomeadamente revendo as diferentes linhas de pobreza presentes na literatura sobre pobreza⁶. Num terceiro ponto será sucintamente abordada a questão da medição da pobreza. Por fim, num quarto e último ponto desta primeira secção, decidiu-se abordar separadamente a análise da pobreza através do conceito de desenvolvimento humano. Preferiu-se privilegiar esta separação para realçar a análise alternativa da pobreza a partir deste conceito. O crescimento económico deixa de ser visto como um fim em si, ao contrário das análises anteriores, e passa a ser um dos meios para melhorar as oportunidades e as escolhas dos indivíduos tendo como objectivo último o desenvolvimento das capacidades individuais.

A - O que significa ser pobre?

A pobreza é uma questão de privação, afectando o bem-estar das pessoas. As privações de que sofrem os indivíduos em condição de pobreza são variadas e podem ser analisadas sob diferentes pontos de vista que se complementam mais do que se opõem.

⁵ A questão da medição da pobreza é ainda mais dificultada quando se trata de agregar diferentes níveis de pobreza. Sobre este assunto pode-se consultar: Hagenaars, Adi; de Vos, Klaas. "The Definition and Measurement of Poverty". *The Journal of Human Resources*. vol. XXIII, nº2. (p. 211)

⁶ Para uma informação mais detalhada sobre esta questão é possível consultar o texto de Hagenaars, Adi; de Vos, Klaas. Op.cit.

- Perspectiva fisiológica

A privação mais imediata para caracterizar a pobreza seria as necessidades nutricionais mínimas para a manutenção da eficiência meramente física. Esta perspectiva fisiológica da pobreza embora muito criticada⁷ lembra um dos elementos a ter em conta na análise da pobreza. A desnutrição não deixa de ser fundamental em muitos países em desenvolvimento. No entanto a pobreza pode implicar a privação de um conjunto mais vasto de necessidades básicas ou mínimas que devem ser identificadas.

- Na perspectiva das necessidades básicas

Neste caso a identificação da pobreza implica a definição de um conjunto de necessidades básicas⁸ e a análise da incapacidade em satisfazer minimamente essas necessidades.

Uma primeira questão que surge com as necessidades básicas é se devem ser especificadas em termos de mercadorias ou em termos de características. No caso da alimentação por exemplo, pode-se definir um conjunto de calorias indispensáveis (necessidades em termos de características) ou um conjunto de alimentos que correspondam a essas calorias indispensáveis (necessidades em termos de mercadorias). Neste exemplo, surge uma ambiguidade na conversão das características em mercadorias: existe uma multiplicidade de fontes para essas calorias não permitindo adoptar uma uniformização dos padrões alimentares ou seja das mercadorias seleccionadas para a análise. Mas em certos casos, certas características têm uma correspondência em termos de mercadorias muito menos ambígua: por exemplo a necessidade de alojamento ou de alfabetização. Por conseguinte, as necessidades básicas são muitas vezes especificadas em termos de um vector híbrido (características + mercadorias): quantidade de calorias, alojamento, escolas, camas de hospital.

⁷ Esta perspectiva foi claramente posta em causa tendo em conta que existem variações significativas relacionadas com características físicas, condições climatéricas e hábitos de trabalho. Torna-se difícil definir exactamente as necessidades nutricionais. Do mesmo modo, a melhoria das dietas alimentares levam a melhores expectativas de vida. A definição de “necessidades nutricionais mínimas” torna-se arbitrária. No entanto, mesmo se o conceito permanece vago, pode-se verificar se uma pessoa está realmente a satisfazer a exigência nutricional.

⁸ Sobre este assunto existe uma literatura bastante vasta. Lembram-se aqui apenas alguns trabalhos: Stewart, F.; Streeten, P. 1976. “New Strategies for Development: Poverty, Income Distribution and Growth”. Oxford Economic Papers. Nº28. ; Singh, Ajit. 1978. “‘Basic Needs’ Approach to Development vs. The New International Economic Order: The Significance of Third World Industrialization”. Policopiado. Departamento de Economia Aplicada. Universidade de Cambridge.

A definição das necessidades em termos de características ou de mercadorias ganha uma importância de relevo quando se trata de proceder a comparações inter comunitárias da pobreza⁹. Neste caso, a análise em termos de características oferecem uma base mais consistente na especificação das necessidades básicas. No entanto, a definição das necessidades básicas são sempre uma selecção circunstancial.

B. A identificação da pobreza

No ponto anterior centrámos a atenção no conceito analítico da pobreza. No entanto, um conceito de pobreza tem de incluir igualmente o método de *identificação* da pobreza e um método de *agregação* das características dos pobres numa imagem global de pobreza.

- Identificação pelo método directo ou pelo método do rendimento

Na avaliação da satisfação ou não das necessidades básicas, por exemplo, é possível adoptar dois métodos alternativos. O método directo consiste em observar se o consumo real das pessoas deixa algumas necessidades básicas por satisfazer. Neste caso não existe qualquer referência ao rendimento. Ao contrário, o método do rendimento consiste em calcular o rendimento mínimo a que são satisfeitas as necessidades básicas especificadas. Quem não dispõe desses rendimentos mínimos está abaixo do limiar da pobreza, avaliada em função da privação de rendimentos mínimos.

Qual deve ser preferido? O método do rendimento é uma aproximação do método directo. Mas apresenta também algumas vantagens, tal como respeitar as idiosincrasias individuais. Ou seja, caso uma pessoa disponha de rendimentos mínimos para satisfazer as necessidades consideradas mínimas na sociedade em análise mas decida não consumir, o método do rendimento apreende essa capacidade para avaliar a pobreza integrando a opção de não consumir. O problema põe-se com as diferentes mercadorias possíveis para satisfazer determinadas necessidades. Elas variam consoante os hábitos alimentares de cada sociedade ou os gostos de cada indivíduo e apresentam custos mínimos diferentes. Neste caso, o método do rendimento é mais restritivo, pois depende da definição de um padrão de comportamento de consumo uniforme, para definir o rendimento mínimo. Mas ainda se coloca outra dificuldade com este método

⁹ Sobre esta questão ver: Sen, Amartya. 1999. *Pobreza e Fomes – Um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar. Lisboa. (p. 46).

do rendimento, particularmente nos países em desenvolvimento: quando existe uma forte componente de auto-consumo, o rendimento auferido pela unidade doméstica não serve como avaliação do seu consumo potencial.

Por isso se pode considerar que o método directo e o método do rendimento não são duas formas alternativas de medir a pobreza, mas antes duas concepções diferentes da pobreza. O método directo foca o consumo real para saber se as necessidades mínimas convencionadas são satisfeitas, enquanto que o método do rendimento foca a capacidade de satisfazer essas necessidades dentro dos condicionalismos comportamentais típicos dessa comunidade¹⁰.

- *Privação absoluta e privação relativa*

Outra questão a ter em conta é a distinção entre privação absoluta e privação relativa. Em termos absolutos poder-se-ia definir um conjunto de elementos mínimos sem os quais os indivíduos não teriam uma vida decente e estariam portanto numa condição de pobreza. Neste caso tratar-se-ia das *condições* (objectivas) de privação.

No entanto, o limiar de pobreza tem de ser avaliado em função dos padrões contemporâneos vigentes na sociedade em análise. Pois é através deles que os indivíduos formulam as suas *percepções* de privação. Neste sentido, a privação relativa é mais subjectiva mas merece uma atenção tão objectiva quanto a privação absoluta: posto de outra forma, a escolha das *condições* de privação não pode ser independente da *percepção* da privação¹¹.

Por conseguinte, no caso específico da pobreza parece razoável considerar que a pobreza de uma pessoa não é na realidade indiferente do grau de pobreza das outras. Mesmo que dois indivíduos em duas sociedades diferentes tenham exactamente o mesmo défice absoluto, a percepção da pobreza não será a mesma caso as duas sociedades apresentem um número diferente de pessoas com défices menores.

Mas embora exista uma relação entre desigualdades e pobreza, são duas coisas diferentes¹². Existe um limiar a partir do qual as privações dos indivíduos comprometem a sua participação na sociedade e representam um custo elevado para o resto da sociedade. A privação relativa não é suficiente para abordar a pobreza, apenas

¹⁰ Sen. Op. Cit. (p.48-49)

¹¹ Sen. Op. Cit. (p.33). Sobre esta questão também se pode consultar a obra de Townsend, Peter. 1974. "Poverty as Relative Deprivation: Resources and Styles of Living". In Dorothy Wedderburn, *Poverty, Inequality and Class Structure*, University Press, Cambridge.

¹² Sen. Op. Cit. (p.31)

complementa a análise do núcleo irreduzível de privações absolutas que caracterizam a pobreza. A privação relativa vem deste modo complementar a análise da pobreza em termos de privação absoluta e não substitui-la. Deste modo, depois de ter sido fixado um conjunto de necessidades mínimas e um limiar de pobreza, a quantificação da pobreza precisa de uma análise em termos de privação relativa.

- A escolha de uma linha de pobreza

A medição da pobreza passa em geral pela definição de uma “linha de pobreza”, abaixo da qual a sobrevivência dos indivíduos está em risco e como tal eles são considerados pobres. No entanto, as opiniões diferem quanto à definição dessas linhas de pobreza. Primeiro porque nem todos os indivíduos têm as mesmas necessidades e por isso a linha de pobreza pode não ser adequada para todos os casos. Segundo porque a noção de pobreza não é a mesma em todas as sociedades, sendo por vezes necessário ir para lá dos mínimos absolutos necessários para sobreviver.

Não sendo possível definir com precisão o nível de pobreza é no entanto importante poder estabelecer comparações no tempo, entre grupos de população e tipos de políticas. Quais são então as linhas de pobreza utilizadas? Tendo em conta a distinção entre privações absolutas e privações relativas, é possível classificar as linhas de pobreza em três categorias:

- Quando a pobreza é definida objectivamente em função de um mínimo absoluto

- A perspectiva das Necessidades Básicas¹³

As necessidades básicas são geralmente definidas em termos de bens de primeira necessidade (alimentação, vestuário, alojamento,...). Define-se um cesto de bens para assegurar as necessidades básicas e estima-se o seu custo. A linha de pobreza é então definida em função dos rendimentos mínimos necessários para adquirir esse cesto de bens associado às necessidades básicas.

A primeira dificuldade com esta linha de pobreza é definir o que se considera como necessidades básicas. A definição das necessidades básicas não deixam ser relativamente circunstanciais. Por exemplo, nos países em desenvolvimento, a componente maior nesse cesto de bens de primeira necessidade é a alimentação

¹³ Tradução do inglês “Basic Needs Approach”. Esta linha de pobreza é a mais frequentemente utilizada.

necessária para atingir as calorias recomendadas. A despesa necessária é depois acrescida de uma quantia para bens não alimentares. No entanto, as necessidades calóricas dependem das actividades exercidas.

Um segundo problema surge com o custeamento das necessidades calóricas definidas anteriormente e dos bens não alimentares. Poder-se-ia observar a despesa necessária para que uma pessoa atinja as necessidades calóricas recomendadas. O maior problema que surge a este nível é a dificuldade em estabelecer comparações entre diferentes grupos de população e no tempo. As mesmas necessidades calóricas podem conhecer regimes alimentares totalmente diferentes, alterando o seu custo.

- Rácio Alimentação/Rendimento

Partindo da lei de Engel, segundo a qual as despesas com a alimentação decrescem relativamente com o aumento dos rendimentos, a pobreza é definida em função do rácio alimentação/rendimento. Qualquer unidade doméstica que gaste mais de um terço do seu rendimento total em alimentação é considerado pobre. Para certos autores este método facilita as comparações de unidades domésticas com dimensões diferentes¹⁴. No entanto, tal como já foi referido anteriormente, quando o nível de auto-consumo é elevado torna-se difícil utilizar este tipo de rácios.

- Rácio Custos fixos/Rendimento

Neste caso, são os custos fixos que são analisados em função do rendimento para identificar uma situação de pobreza. Esta rácio justifica-se por se verificar que certas despesas fixas (alojamento, taxas municipais, energia, seguros, telefone, transporte público, educação,...), consideradas incontornáveis, podem às vezes aumentar sem que os rendimentos ou as ajudas sociais conheçam alguma alteração. Este tipo de rácios não é aplicável na maioria dos países em desenvolvimento visto que o nível de desenvolvimento económico não inclui este tipo de custos.

- Rácio Despesas totais/Rendimento

A pobreza pode também ser observada como a impossibilidade para um indivíduo de fazer face às suas despesas com os rendimentos de que dispõe, tendo nesse

¹⁴ Watts, Harold W. 1967. "The Iso-Prop Index: An Approach to the Determination of Differential Poverty Income Thresholds". *Journal of Human Resources*. Vol. 2. p. 3-18.

caso de solicitar créditos. Este tipo de análise também não se aplica em geral aos países em desenvolvimento.

Estes rácios têm o problema de não terem em conta as variações das despesas em função das preferências. Por outro lado a escolha das despesas, sobretudo nos dois primeiros rácios, são relativamente arbitrárias.

- Quando a pobreza significa ter menos do que outros na sociedade

Esta análise, tal como já tivemos a ocasião de discutir anteriormente, baseia-se nas teorias da privação relativa¹⁵. A definição de pobreza pode neste contexto ser definida em função do rendimento ou em função de vários bens de consumo.

- *Privação relativa tendo em conta certos bens de consumo*

Esta definição define as unidades domésticas como pobres quando não dispõem de certos bens generalizados na sociedade em que se inserem. Escolhe-se um consumo standard que seja representativo da prática comum da sociedade e quanto maior for o desvio em relação a esse padrão, maior é o nível de privação. O problema deste tipo de análises é de definir a pobreza de forma circunstancial.

- Quando a pobreza é definida como sentimento de não ter o suficiente para viver

- *O rendimento mínimo subjectivo*

Neste caso, os indivíduos manifestam o nível de rendimentos que consideram justos para o seu agregado doméstico. Se o rendimento for inferior, então são considerados pobres.

- *O consumo mínimo subjectivo*

Trata-se dos indivíduos definirem o que consideram ser as suas necessidades básicas e avaliar o que lhes falta para aceder a essas necessidades básicas.

- *O rendimento mínimo oficial*

¹⁵ Sobre a privação relativa consulte-se a obra: Runciman, W. G. 1966. *Relative Deprivation and Social Justice : A Study of Attitudes to Social Inequality in Twentieth-Century England*. Londres. Routledge. No caso da privação relativa aplicada à pobreza ver Townsend. Op. Cit.

Esta definição tem a vantagem de facilitar as comparações. Caso os indivíduos recebam menos ou o mesmo do que receberiam se fossem assistidos socialmente, então eles estariam em situação de pobreza face à definição oficial.

C – Medição da pobreza

Depois da identificação e da definição das linha de pobreza, pode-se proceder a uma quantificação do número de pobres e à construção de um índice de pobreza.

- Head Count index

Teremos uma ideia da extensão da pobreza que pode ser exprimido através de um indicador simples, como o quociente do número de pobres pelo número de pessoas da comunidade em questão. Este indicador, conhecido como o *Head Count*, representa a proporção da população em condição de pobreza. Também pode ser designado de índice de incidência da pobreza (*poverty headcount index*).

No entanto este indicador apresenta alguns inconvenientes. Primeiro, não oferece nenhuma indicação da profundidade da pobreza: por exemplo qual o défice dos rendimentos dos pobres em relação à tal linha de pobreza. Ou seja, se a situação dos pobres piorar, o HC não apresenta nenhuma alteração. Segundo, é insensível à distribuição dos rendimentos entre os pobres. Na opinião de A. Sen, este indicador, o HC, é bastante insuficiente como indicador de pobreza¹⁶.

- Poverty Gap index

O índice de profundidade da pobreza (*poverty gap index*) é a distância média, em percentagem, entre a condição de pobreza do indivíduo e a linha de pobreza. No caso por exemplo de uma linha de pobreza identificada pelo nível de consumo, matematicamente o *poverty gap index* é o mesmo que a diferença média entre os níveis de consumo dos pobres e a linha de pobreza, multiplicada pela incidência da pobreza.

Assim o índice de profundidade da pobreza capta mudanças na pobreza que o índice de incidência da pobreza não detecta. Isto porque o índice de profundidade da pobreza mede “Quão pobres são os pobres?”.

¹⁶ Sen. 1999. *Un nouveau modèle économique – Développement, justice, liberté*. Paris. Odile Jacob. (p.26)

Por exemplo, se todos os pobres permanecessem abaixo da linha da pobreza e todos os não pobres permanecessem acima da linha de pobreza, mas os rendimentos dos pobres subissem, muitos diriam que a pobreza não se alterou. A incidência da pobreza não mudaria para reflectir esta melhoria, mas o índice de profundidade da pobreza irá decrescer, para mostrar que os pobres não são tão pobres como eram antes.

- Squared Poverty Gap index

O índice de profundidade da pobreza ao quadrado é a média do quadrado da profundidade da pobreza. Ele mede a severidade da pobreza, e tem em conta as desigualdades entre os pobres.

Por exemplo, se uma transferência é feita duma pessoa apenas ligeiramente abaixo da linha da pobreza para uma pessoa muito abaixo da linha de pobreza, o índice de profundidade da pobreza ao quadrado irá reduzir-se porque os padrões de vida dos mais pobres entre os pobres terão melhorado. Em contraste, tal transferência não afectaria nem o índice de incidência, nem o índice de profundidade da pobreza.

D – Análise da pobreza na perspectiva das capacidades

A maior parte dos estudos sobre pobreza, tal como vimos anteriormente, dão ênfase essencialmente a uma só dimensão, a privação de rendimentos. Deste modo, não analisam a importância de outros factores. Mas a justiça social é com certeza mais bem avaliada se virmos as privações mais fundamentais, como as “capacidades”.

As capacidades individuais¹⁷ correspondem às liberdades substanciais que permitem a um indivíduo seguir o tipo de vida que considera mais adequado para si próprio. Nesta perspectiva, A. Sen considera que a pobreza deve ser avaliada em função da privação dessas capacidades elementares e não unicamente em função da escassez dos rendimentos¹⁸.

Os argumentos levantados pelo autor no sentido de privilegiar a análise da pobreza em termos de capacidades seriam os seguintes:

- a privação das capacidades tem uma importância intrínseca, enquanto que os rendimentos fracos têm um significado instrumental;

¹⁷ “Capacidades” é a tradução mais próxima do conceito “Capabilities” introduzido por Amartya Sen.

¹⁸ Sen. 1999. Op. Cit. (p.123)

- a privação das capacidades não é determinada unicamente pela fraqueza dos rendimentos (o rendimento não é o único instrumento que produz capacidades);

- a relação instrumental entre escassez de rendimentos e escassez de capacidades varia consoante os países, famílias e indivíduos (o impacto do rendimento sobre as capacidades é contingente e condicional). Nomeadamente, é fundamental lembrar que as privações de rendimento têm de ser vistas em termos relativos, pois nesse caso podem gerar privações em termos de capacidades (um indivíduo com rendimentos relativamente fracos num país rico está confrontado a um handicap em termos de capacidades, mesmo se o seu rendimento é elevado em termos da norma internacional).

O que se evidencia por detrás desta relação é a dificuldade em não confundir os meios e os fins. Na perspectiva de A. Sen, a pobreza e as privações devem ser entendidas tendo em conta a existência real que levam as pessoas e as liberdades das quais elas desfrutam. É neste sentido que é fundamental desenvolver as capacidades humanas. Para além disso, a promoção das capacidades humanas tende a ser acompanhada do aumento da produtividade e da faculdade de ganhar a sua vida.

A promoção das capacidades favorece directamente e indirectamente o enriquecimento das vidas humanas e a redução das privações. Deste modo é importante privilegiar a compreensão da natureza e das características da pobreza, em vez de se contentar com as relações instrumentais.

- O Índice de Desenvolvimento Humano

Como converter a perspectiva do desenvolvimento em termos de capacidades humanas para uma análise mais quantitativa?

A perspectiva do desenvolvimento em termos de capacidades deu origem ao conceito de desenvolvimento humano definido como o alargamento das escolhas das pessoas bem como de elevação do nível de bem-estar atingido.

O conceito de desenvolvimento humano deu origem a um índice de desenvolvimento humano que mede as realizações médias de um país em três dimensões: a longevidade, o conhecimento e um padrão de vida adequado. As três variáveis deste índice composto são: a esperança de vida, nível educacional e PIB per capita.

- O Índice de Pobreza Humana

A avaliação da pobreza em termos de privações das capacidades fundamentais passa então pela análise das privações nas três dimensões do IDH. O índice de pobreza humana (IPH) que mede a privação quanto ao desenvolvimento humano básico utiliza as seguintes variáveis:

- a percentagem de pessoas com uma esperança de vida abaixo dos 40 anos
- percentagem de adultos analfabetos
- condições económicas globais, através da percentagem de pessoas sem acesso a serviços de saúde e a água potável e de percentagem de crianças sub nutridas menores de 5 anos.

Embora a pobreza humana seja bem mais vasta do que apreende a medição do IPH, tal como a falta de liberdade política, falta de segurança pessoal,..., este índice de pobreza é certamente menos estreito do que a análise dos rendimentos. Um não exclui a necessidade do outro, mas ambos ajudam a sumariar a extensão da pobreza em diversas das suas dimensões. O IPH também oferece um interesse particular quando se trata de fazer comparações em termos de pobreza humana e identificar as zonas mais afectadas. E neste aspecto a classificação seria baseada sobre a combinação de diversas privações básicas.

No entanto este índice apenas fornece uma média da população de um dado país que é afectada pelas várias formas de pobreza incluídas no índice. Não é possível associar a esta incidência de pobreza humana um número ou grupo específico de pessoas.

2. Crescimento e redução da pobreza em Moçambique

Como já vimos na secção anterior, a análise da pobreza pode conhecer diferentes abordagens conceptuais, com implicações diferentes nas orientações políticas de combate à pobreza.

Nesta segunda parte do trabalho, debruçamo-nos sobre a pobreza em Moçambique. Segundo o PARPA, o objectivo de crescimento médio anual de 8% do PIB permite que estejam criadas condições para que a incidência da pobreza absoluta decresça de cerca de 70% (ao nível nacional) para menos de 50% em 2010¹⁹.

	1997	2005	2009
Percentagem da população pobre	70%	60%	50%

Tendo em conta estes objectivos, pretende-se nesta parte do trabalho analisar a evolução da pobreza em Moçambique e qual a relação entre o crescimento económico e a redução da pobreza.

Para tal iremos num primeiro tempo analisar a evolução do crescimento económico. Num segundo ponto, analisa-se a evolução da pobreza segundo duas perspectivas. A primeira perspectiva sobre a evolução da pobreza parte do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre as Condições de Vida (IAF) de 1996-97 e da sua versão actualizada de 2002-03. Nesta perspectiva a pobreza é identificada a partir da construção de uma linha de pobreza baseada no Custo das Necessidades Básicas. A segunda perspectiva que utilizaremos como alternativa para a medição da pobreza será o Índice de Pobreza Humana (IDH), calculado no quadro do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano entre os anos de 1996 e 2004. Após esta primeira análise, de dados quantificados, discute-se sumariamente num quarto ponto a conexão entre crescimento económico e evolução da pobreza. Se por um lado o crescimento económico é tratado de forma diferente nas duas perspectivas, isso não quer dizer que não seja importante tanto numa como noutra. Nomeadamente, no caso da perspectiva

¹⁹ *Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty (2001-2005) (PARPA) - (Strategy Document for the Reduction of Poverty and Promotion of Economic Growth)*. Republic of Mozambique. Maputo. April 2001

das capacidades básicas os rendimentos privados podem ser um instrumento para expandir as capacidades individuais²⁰.

A. Evolução macroeconómica

Até 1987, o crescimento económico foi negativo e o PIB per capita conheceu um decréscimo²¹. A partir dessa data, quando iniciou o Programa de Reabilitação Económica (PRE), o crescimento económico foi contínuo e sustentado, sobretudo com o fim da guerra civil em 1992, pelo menos até 2004 (ver Quadro 1). A importante redução do crescimento económico em termos médios no ano 2000 deve-se a incidentes climáticos (cheias).

Este crescimento assentou numa base abrangente, incluindo 9% de crescimento no sector da agricultura e pecuária (liderado pelas unidades do sector familiar), e 18% na indústria transformadora (excluindo os mega-projectos).

Como já foi referido mais acima, estas tendências favoráveis são o resultado de duas transformações fundamentais: a transição desde 1992 para uma era de paz e estabilidade; e as reformas económicas iniciadas em 1987 que substituíram o planeamento central por uma economia conduzida pelas forças do mercado e iniciativa privada. Estas reformas foram prosseguidas nos anos seguintes para a correcção dos principais desequilíbrios internos e externos. O ambiente político também deverá ter sido um estímulo ao crescimento visto que o país conheceu uma democratização com eleições nacionais em 1994.

²⁰ A relação funciona nos dois sentidos: os rendimentos são um meio importante para que os indivíduos possam desenvolver as suas capacidades, tal como as capacidades de cada indivíduo vão permitir melhorar a sua produtividade e os seus rendimentos.

²¹ Ver estes dados no trabalho de Oppenheimer, J.; Raposo, I. Op. Cit. (p. 50).

Quadro 1: Evolução do PIB em Moçambique 1997-2004 e projecção até 2010

	1997*	1999**	2000**	2001**	2002**	2003***	2004***	2010*** (Proj.)
Crescimento real do PIB	12,7	7,3	2,1	9,6	9,8	7,8	7,2	6,4

Fonte: * *Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment (1996-97)*. Ministry of Planning and Finance. Republic of Mozambique; Eduardo Mondlane University; International Food Policy Research Institute. 1998

** *Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty (2001-2005) (PARPA) - (Strategy Document for the Reduction of Poverty and Promotion of Economic Growth)*. Republic of Mozambique. Maputo. April 2001

*** *IMF Country Report*. International Monetary Fund. September 2005

Entre 1994 e 2004 o crescimento médio anual real do Produto Interno Bruto (PIB) traduziu-se num aumento importante do PIB per capita: o crescimento médio durante este período é de 5,7%²². Este crescimento do PIB per capita em Moçambique representa sem dúvida um sucesso. Comparativamente, a média do crescimento do PIB per capita durante este mesmo período para os países da Africa Sub-sahariana é apenas de 0,7%²³. O que realça claramente o sucesso de Moçambique através deste índice.

No entanto, o consumo privado per capita não acompanha a mesma tendência do PIB²⁴, verificando-se a necessidade de políticas redistributivas em complemento do crescimento económico. O consumo real per capita, registou um crescimento cumulativo ligeiramente mais baixo, mas ainda impressionante, na ordem dos 50% entre 1996 e 2002²⁵.

²² *IMF Country Report*. International Monetary Fund. September 2005. (p. 11)

²³ *Idem*.

²⁴ Oppenheimer; Raposo. Op. Cit. (p.50).

²⁵ Ver *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Direcção Nacional do Plano e Orçamento - Ministério de Plano e Finanças; Gabinete de Estudos - Ministério de Plano e Finanças; Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI); Universidade de Purdue. Março de 2004. (p.32). Segundo este estudo, o PIB per capita cresceu em termos cumulativos 62% entre 1996 e 2002.

B. Evolução da pobreza

B.1 Na perspectiva das necessidades básicas

Em 1996-97, o Instituto Nacional de Estatística realizou o primeiro inquérito²⁶ representativo a nível nacional sobre o consumo dos agregados familiares em Moçambique²⁷. Em 2002-03 realizou-se um segundo inquérito²⁸ representativo a nível nacional sobre o consumo dos agregados familiares (IAF). Embora haja algumas limitações nas medidas da pobreza baseadas nos rendimentos e no consumo, o IAF de 2002-03 oferece a oportunidade de medir os progressos na luta contra a pobreza absoluta.

Esta abordagem consistiu na medição do valor total do consumo de bens alimentares e não alimentares (incluindo compras, itens de auto-consumo e ofertas), bem como a imputação de valores de uso da habitação e bens duráveis do agregado. As únicas duas omissões significativas na medição do consumo foram o consumo de bens e serviços fornecidos pelo sector público livre de cobrança (ou os elementos subsidiados na tal mercadoria), e o auto-consumo de serviços produzidos em casa²⁹.

A avaliação da pobreza neste estudo seguiu a metodologia do custo das necessidades básicas (CBN) para construir linhas de pobreza regionais específicas. A linha de pobreza total é construída como a soma da linha da pobreza alimentar e a linha

²⁶ *Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment (1996-97)*. Ministry of Planning and Finance. Republic of Mozambique; Eduardo Mondlane University; International Food Policy Research Institute. 1998

²⁷ No inquérito às famílias, foi privilegiado a análise do consumo, baseado nos gastos e auto-consumo de bens produzidos pelo agregado familiar, considerado mais fiável do que a análise do rendimento. Para perceber as vantagens desta metodologia pode-se consultar a primeira parte deste trabalho. Mas os autores do inquérito às famílias avançam igualmente outros argumentos. Primeiro o consumo tem uma ligação directa com a teoria de bem-estar no estudo de economia, que define bem-estar através do consumo e não do rendimento. Segundo, o consumo é tipicamente menos variável que o rendimento. A população confia nas poupanças, crédito, e remessas para minimizar os efeitos da variação do rendimento nos seus níveis de consumos. Deste modo, o consumo proporciona a medida mais certa e mais estável do bem-estar individual ao longo do tempo. Esta consideração é provavelmente muito mais importante para um inquérito como o IAF que obtém medidas de rendimento e consumo dum agregado num ponto no tempo. Terceiro, geralmente acredita-se que os inquiridos estão mais dispostos a revelar os seus hábitos de consumo do que os seus rendimentos. Quarto, em países em desenvolvimento, uma proporção relativamente grande da força de trabalho está empenhada em actividades de auto-emprego por conta própria e a medição de rendimento para estas pessoas é particularmente difícil.

²⁸ *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Op. Cit.

²⁹ Como qualquer linha de pobreza, a linha de pobreza dos produtos alimentares e não alimentares incorporam juízos de valor no que diz respeito às necessidades de base dos bens alimentares e não alimentares. Sobre esta questão ver mais em detalhe a secção anterior.

da pobreza não alimentar. São especificadas em termos de níveis de gastos de consumo per capita que são consistentes com o alcance dessas necessidades básicas. Uma vez construída a linha de pobreza, os agregados que gastam menos que a linha de pobreza numa base per capita são considerados pobres.

- *No caso da abordagem do Cabaz fixo*³⁰

Em 1996-97, os resultados usando a abordagem do cabaz fixo, tal como se pode ver no Quadro 2, indicam uma incidência da pobreza de cerca de 69,4 por cento a nível nacional com um nível de pobreza mais acentuado nas zonas rurais que nas urbanas, respectivamente 71,3% e 62%.

Em 2002-03, a incidência da pobreza nacional usando este método é de 63,2 por cento. Estes resultados implicam que cerca de 11 milhões de Moçambicanos vivem abaixo da linha de pobreza.

Quadro 2: Incidência e Profundidade da Pobreza³¹, usando a abordagem do cabaz fixo

	Incidência da Pobreza			Profundidade da Pobreza		
	1996-97	2002-03	Diferença	1996-97	2002-03	Diferença
Nacional	69.4	63.2	-6.2	29.3	25.8	-3.5
Urbano	62.0	61.3	-0.7	26.7	26.2	-0.5
Rural	71.3	64.1	-7.2	29.9	25.6	-4.3

Fonte: *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Direcção Nacional do Plano e Orçamento - Ministério de Plano e Finanças; Gabinete de Estudos - Ministério de Plano e Finanças; Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI); Universidade de Purdue. Março de 2004.

Comparando com 1996-97, a incidência da pobreza experimentou um declínio de 6,2 pontos percentuais. Reduções da pobreza relativamente fortes nas áreas rurais (uma redução de 7,2 pontos percentuais) explicam a maioria do ganho a nível nacional.

³⁰ Quando se trata de calcular o preço médio por caloria para uma determinada região é necessário utilizar um cabaz alimentar de referência. Esse cabaz pode ser fixo ou variável. O CF usa um conjunto nacional fixo de pesos aproximando o padrão de consumo dos agregados familiares pobres na nação como um todo. A utilização de um cabaz fixo é passível de algumas críticas que poderão ser consultadas no IAF de 1996-97(p.22). O cabaz variável procura integrar na análise diferentes padrões de consumo por regiões ou ao longo do tempo. Deste modo o preço médio por caloria é determinado em função das escolhas alimentares em cada região ou/e em períodos diferentes.

³¹ Para perceber as diferenças entre estes dois indicadores pode-se consultar a primeira parte deste trabalho.

Em contraste, a incidência da pobreza nas áreas urbanas conheceu uma mudança quase insignificante (um declínio de cerca de 0,7 pontos percentuais). A incidência da pobreza estimada, porém, continua a ser mais alta nas zonas rurais que nas zonas urbanas³².

- No caso da abordagem do Cabaz flexível

Os resultados usando a abordagem do cabaz flexível revelam uma melhoria substancial da situação da pobreza relativo a 1996-97. A incidência da pobreza nacional, que ficou definida como parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza, cai para 54,1% em 2002-03, ou seja 15 pontos percentuais de declínio se comparado com o registado em 1996-97.

Quadro 3: Incidência e Profundidade da Pobreza, usando a abordagem do cabaz flexível

	Incidência da Pobreza			Profundidade da Pobreza		
	1996-97	2002-03	Diferença	1996-97	2002-03	Diferença
Nacional	69.4	54.1	-15.3	29.3	20.5	-8.8
Urbano	62.0	51.5	-10.5	26.7	19.7	-7.0
Rural	71.3	55.3	-16.0	29.9	20.9	-9.0

Fonte: *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Direcção Nacional do Plano e Orçamento - Ministério de Plano e Finanças; Gabinete de Estudos - Ministério de Plano e Finanças; Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI); Universidade de Purdue. Março de 2004.

A pobreza reduz-se mais rapidamente nas zonas rurais que nas zonas urbanas, apertando consideravelmente a diferença da pobreza entre as duas zonas, embora os níveis de pobreza sejam mais altos na zona rural comparativamente com as zonas urbanas.

- Aspectos conclusivos

Primeiro, as taxas de pobreza decresceram substancialmente no período entre 1996-97 e 2002-03. Tendo em conta a avaliação através do cabaz flexível, a meta traçada pelo PARPA duma incidência das taxas da pobreza de 60% para 2005 foi

³² Utilizando o cabaz fixo, nota-se que o índice de profundidade da pobreza seria o mesmo tanto nas zonas rurais como nas urbanas.

certamente já alcançada³³. Segundo, embora o progresso na redução das taxas de pobreza possa ser considerado impressionante, os níveis continuam altos. Mais de metade da população não chega a alcançar até mesmo os padrões de vida básicos empregues para projectar as linhas de pobreza.

B.2 Evolução da pobreza na perspectiva do desenvolvimento humano

Tanto o Índice de Desenvolvimento Humano como o Índice de Pobreza Humana foram construídos com o objectivo de fornecer uma medida agregada das privações nas escolhas dos indivíduos.

- Índice de Desenvolvimento Humano

Em 2002, Moçambique encontra-se nos últimos lugares do ranking de desenvolvimento humano, em 171 sobre 177 países, com um IDH de 0,354.

Comparativamente a um ranking estabelecido unicamente na base da medição do rendimento médio (PIB per capita), Moçambique retrocede 14 lugares. Isto permite desde logo perceber que os maiores défices têm que ver com a saúde e a educação: a esperança de vida é de 38,5 anos e a taxa de alfabetização dos adultos é apenas de 46,5%. Com uma esperança de vida tão curta e uma taxa de analfabetismo tão elevada (53,5%), depreende-se os desafios que tem de enfrentar o país para melhorar o seu processo de desenvolvimento.

Quadro 4: Evolução do IDH em Moçambique, 1980-2002

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2002
IDH	0.298	0.286	0.310	0.318	0.342	0.354

Fonte: *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. PNUD. Maputo. 2004

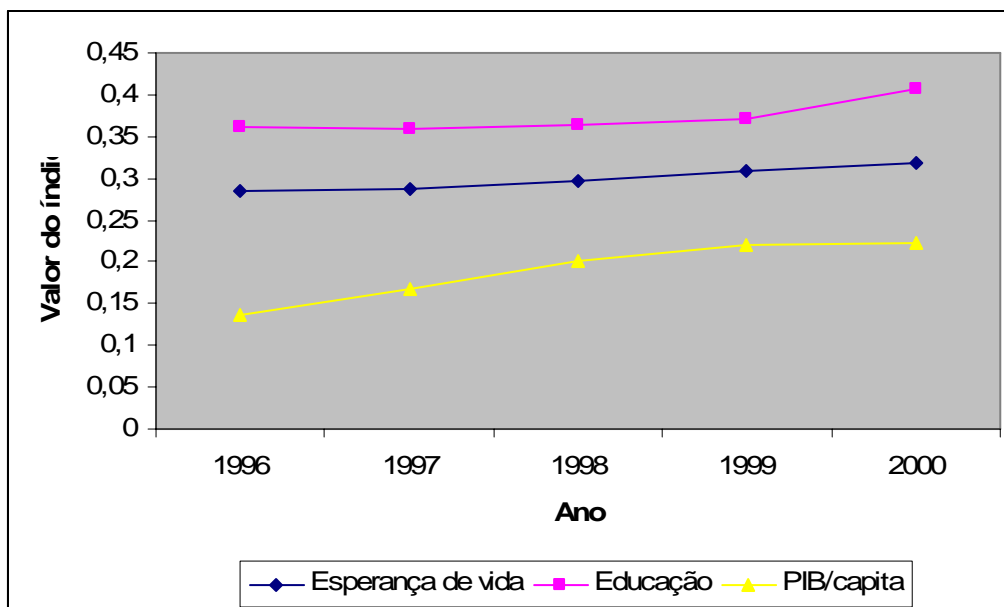
Procedendo a uma análise longitudinal apenas dos IDH em Moçambique (Quadro 4), vemos uma progressão significativa do desenvolvimento humano. Apesar do valor do IDH ser fraco a nível mundial, a sua evolução é positiva.

Esta melhoria deve-se neste último período essencialmente aos progressos no sector da educação: por exemplo o analfabetismo passou de 60,5% em 2000, para

³³ *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Op. Cit. (p.19)

53,5% em 2002. Para realçar a contribuição dos vectores sociais do índice, podemos observar o Gráfico 1, da evolução dos diferentes índices que compõem o IDH.

Gráfico 1: Evolução dos índices que compõem o IDH, 1996-2000



Fonte: *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. PNUD. Maputo. 2004

Distinguem-se claramente dois momentos diferentes na evolução do IDH:

- primeiro, entre 1996 e 1999, vemos a relevância do crescimento do PIB/capita na evolução do IDH;
- segundo, entre 1999 e 2000, o melhoramento do índice de educação permite uma evolução positiva do IDH, enquanto que o índice do PIB/capita praticamente estagna.

B.2 Índice de Pobreza Humana

Moçambique encontra-se mais uma vez nos últimos lugares do ranking de pobreza humana, em 89 sobre 95 países em desenvolvimento. Tal como se pode observar no Quadro 5, 49.8% da população sofre de pobreza humana.

Quadro 5: Comparação dos diferentes índices de pobreza para Moçambique

	Índice de pobreza humana (dados de 2004)	População abaixo da linha de pobreza de rendimentos (dados de 2002)		
		- 1\$ por dia	- 2\$ por dia	Necessidades básicas
Percentagens	49.8	37.9	78.4	54.1

Fonte: *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. PNUD. Maputo. 2004; *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Direcção Nacional do Plano e Orçamento - Ministério de Plano e Finanças; Gabinete de Estudos - Ministério de Plano e Finanças; Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI); Universidade de Purdue. Março de 2004

Comparando os diferentes índices de pobreza repara-se que a incidência não é a mesma:

- comparando com a linha de pobreza em termos de rendimento de – de 1\$ por dia, vemos que a pobreza é mais acentuada quando se tem em conta índices de saúde, educação e salubridade³⁴. Neste caso poder-se-ia dizer que Moçambique conseguiu reduzir com mais sucesso a privação do rendimento do que a pobreza humana.

- comparando com a linha de pobreza definida pelas necessidades básicas vemos que a pobreza é mais vasta do que é assinalada pelo o índice de pobreza humana. Neste caso o rendimento dos pobres representa a maior deficiência.

Comparando agora o valor do IDH e do IPH, podemos ver que Moçambique melhora a sua posição no ranking mundial quando se trata do IPH. Sabendo que o IDH mede o progresso global de um país em termo de desenvolvimento humano e que o IPH indica a situação das pessoas mais pobres na sociedade, pode-se deduzir que o desenvolvimento humano tem sido particularmente favorável aos pobres. O que de certa maneira vem sendo consistente com as análises já feitas em termos de necessidades básicas, indicando uma redução importante dos níveis de pobreza. Esta hipótese é reforçada quando se compara o índice de pobreza de 1997 com o de 2004: confirma-se uma evolução positiva, passando de 55.9 para 49.8.

³⁴ Para perceber a construção do IPH, pode-se consultar a primeira parte deste trabalho.

C - Conexão entre crescimento económico e redução da pobreza

Acabámos de analisar de forma separada um conjunto de indicadores sobre o desenvolvimento em Moçambique. Vimos o crescimento económico (p.17), a evolução da pobreza tanto em termos de consumo (p.18) e na perspectiva do desenvolvimento humano (p.23-24). Nestes três aspectos o país apresenta evoluções muito positivas. Mas a questão que se põe agora é de perceber a conexão entre crescimento económico e redução da pobreza. De que forma é que as performances económicas favoreceram a redução da privação de rendimentos e da privação das oportunidades e escolhas dos indivíduos.

C.1 Relação entre crescimento e evolução das necessidades básicas

Uma premissa básica da estratégia de desenvolvimento defendida no quadro dos PRSP (*Poverty Reduction Strategy Papers*) é que o crescimento económico acelerado, abrangente e sustentável é essencial para a redução da pobreza. É verdade que seriam modestos os melhoramentos através da simples realocação de despesas públicas ou considerando as possibilidades extremamente reduzidas de redistribuição do rendimento. Com um crescimento rápido, abre-se a possibilidade de duplicar os recursos afectados aos serviços públicos essenciais. Em termos breves, o crescimento pode contribuir para proporcionar benefícios materiais e serviços públicos para os pobres, que de outro modo seriam inatingíveis.

No entanto, os progressos em matéria de redução da pobreza nunca são automáticos: o crescimento económico não traz benefícios automáticos para as camadas mais carenciadas. São necessárias políticas e reformas para estimular o crescimento, a par de medidas directas visando providenciar melhores oportunidades para os segmentos sociais pobres.

No caso de Moçambique, as contas nacionais indicam um rápido crescimento económico durante o período de 1996-2002³⁵. Paralelamente, os níveis de redução da pobreza estimados no IAF, de 1996-97 e 2002-03, acompanham os níveis de crescimento económico, evidenciando um padrão de crescimento que beneficia os

³⁵ O crescimento mantém-se elevado em 2003 e 2004. Ver Quadro 1.

agregados familiares pobres. Este efeito é evidente sobretudo quando se utiliza a avaliação da pobreza tendo o cabaz flexível.

Esta aparente relação entre crescimento e redução da pobreza, na perspectiva das necessidades básicas, confirma outras experiências internacionais³⁶. O mais difícil é no entanto perceber quais os factores concretos que poderão ter tornado o crescimento económico favorável aos grupos mais desfavorecidos.

Esta questão necessita de um estudo aprofundado, ultrapassando claramente os objectivos da primeira fase deste trabalho. No entanto, pode-se desde já avançar um aspecto importante para explicar em parte a redução da pobreza na perspectiva das necessidades básicas. Como já tínhamos visto anteriormente, a pobreza tem maior incidência nas zonas rurais e foi também nessas zonas que a redução da pobreza foi mais significativa³⁷. Ora, dados do Sistema de Aviso Prévio para Segurança Alimentar (FEWS) apontam para o crescimento da produção de cereais per capita de cerca de 26% no período 1996 - 2002. Embora haja uma forte componente de auto-consumo, a produção agrícola é uma fonte importante de rendimento para a maioria dos agregados rurais pobres. Os inquéritos sobre agregados rurais (TIA), conduzidos em 1996 e 2002, permitem observar que o valor real do rendimento líquido mediano da produção per capita aumentou entre 1996 e 2002 em cerca de 27% usando as linhas de pobreza alimentar desenvolvido em 1996-97 e 2002-03 como deflactores³⁸.

Desde já, este aumento de produção no sector agrícola parece romper com muitos erros do passado, em grande parte dos países em desenvolvimento. O crescimento económico foi muitas vezes incentivado no sector industrial e nas áreas urbanas, em detrimento do sector agrícola. Deste modo, o incentivo às migrações rurais-urbanas eram fortes, aumentando por um lado a pobreza no sector informal urbano sem mudar a situação económica no sector rural e as condições de vida neste sector. Mas a expansão do sector agrícola em Moçambique revela um crescimento económico mais inclusivo. Nomeadamente, sabendo que este sector é dominado pelas produções

³⁶ Alguns países que tiveram níveis de crescimento muito altos no período 1970-1995 - incluindo países como o Botswana e as Maurícias, vizinhos de Moçambique – conheceram reduções significativamente amplas da pobreza absoluta

³⁷ Esta situação é aliás bastante comum em grande parte dos países em desenvolvimento.

³⁸ *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*. Op. Cit.

familiares, o seu crescimento tem um impacto directo no aumento do consumo das famílias e na redução da pobreza³⁹.

C.2 Crescimento e evolução das capacidades básicas

Sudhir Anand e Martin Ravallion observaram empiricamente que quanto mais elevado for o rendimento de um país maior são as capacidades básicas da população⁴⁰. Nomeadamente, comparando vários países em desenvolvimento, os autores observaram que existe uma correlação entre o aumento do nível de consumo privado per capita e o aumento da esperança de vida.

Tal como já indicámos na secção anterior, a evolução dos rendimentos médios (PIB/capita) em Moçambique não resultam num desenvolvimento humano tão eficaz como noutros países. A diferença na classificação dada pelo IDH e pelo PIB/capita permite levantar uma hipótese: o crescimento económico não estaria a ser utilizado de forma tão eficaz como noutros países para o desenvolvimento humano. A confirmação desta hipótese depende duma análise mais longitudinal do desenvolvimento socio-económico do país, o que ultrapassa o objectivo mais modesto deste trabalho. Esta observação vem antes de tudo lembrar que a relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano não é automática. Isso não quer dizer que o crescimento não seja uma condição fundamental. Permite afectar de forma crescente recursos públicos para as áreas sociais que reforçam as capacidades dos segmentos mais pobres da população.

No caso de Moçambique também observámos que o IDH tinha conhecido uma elevação devido ao índice da educação. Isto reflecte o maior investimento do Estado no sector da educação⁴¹. Para isso tem contribuído a utilização de recursos anteriormente destinados ao pagamento da dívida externa. Este reforço das despesa nos sectores sociais entram no quadro do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).

³⁹ Esta questão já tem sido amplamente discutida. Certos autores analisaram que o crescimento do sector rural reduz não só a pobreza no sector rural, mas também a pobreza no sector urbano.

⁴⁰ Anand, Sudhir; Ravallion, Martin. 1993. "Human Development in Poor Countries: On the Role of Private Incomes and Public Services". *Journal of Economic Perspectives*. Vol. 7, Number 1. (p.138)

⁴¹ *PARPA Implementation Evaluation Report - 2001*. Ministry of Planning and Finance – Republic of Mozambique. Maputo. February 2003. (p. 8-12)

É importante notar que a conexão entre crescimento e redução da pobreza é actuante nos dois sentidos. O crescimento rápido pode contribuir para promover o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo medidas para desenvolver as capacidades e oportunidades dos pobres podem contribuir para o crescimento rápido. Dado que a relação é mutuamente actuante, uma estratégia bem concebida para alcançar o desenvolvimento humano e o crescimento económico produz um "ciclo virtuoso" de progresso acelerado na luta inadiável para a redução da pobreza. Em muitos aspectos, as políticas para a promoção do crescimento económico e desenvolvimento humano são as mesmas.

Conclusão geral

A partir dos dados apresentados no IAF, as taxas de pobreza decresceram substancialmente no período entre 1996-97 e 2002-03. A meta traçada pelo PARPA duma incidência das taxas da pobreza de 60% para 2005 foi aparentemente alcançada. No caso do IPH, a evolução é igualmente positiva, embora menos espectacular.

Teoricamente a relação entre crescimento económico e redução da pobreza humana poderia ser explicada segundo duas perspectivas essenciais:

- a expansão das capacidades humanas através do crescimento económico. Neste caso o crescimento económico expande directamente as capacidades individuais, visto que os indivíduos podem utilizar o seu rendimento para adquirir bens e serviços que melhorem a sua saúde e nutrição, reduzindo então a taxa de mortalidade e aumentando a esperança de vida. Para confirmar tal processo seria necessário aprofundar a análise micro ao nível das famílias e das suas estratégias socio-económicas.

- a expansão das capacidades sociais através dos serviços sociais. Neste caso a redução da pobreza humana é o reflexo da providência pública de bens e serviços essenciais. O crescimento permitiria neste caso financiar esses serviços públicos⁴².

Para a redução da pobreza, o crescimento por si só, não é uma condição suficiente. A natureza do crescimento é também importante. No caso de Moçambique, o crescimento económico foi favorável às camadas mais pobres crescimento e terá sido certamente favorecido por uma boa orientação das políticas sociais, embora falte analisar esta questão em detalhe. Para perceber melhor os processos causais que permitem estabelecer uma relação entre crescimento e redução da pobreza, seriam necessários dados mais completos a nível macro, mas também um conhecimento micro mais aprofundado sobre as estratégias familiares (livelihood strategies) face às transformações macroeconómicas.

No entanto, é possível desde já perceber que a forte redução da pobreza no sector rural comparativamente ao sector urbano reflecte claramente um crescimento económico mais favorável às populações rurais, onde a pobreza tem maior incidência.

⁴² Esta é aliás uma das ligações entre crescimento económico e desenvolvimento humano postas em evidência no *Human Development Report*. Op. Cit.

Pode-se assim considerar que o crescimento económico sectorial menos enviesado em detrimento das zonas rurais, ao contrário do que aconteceu no passado, foi positivo na redução da pobreza absoluta. Por outro lado, o índice de desenvolvimento humano e o índice de pobreza humana reflectem a importância dos investimentos feitos em capital humano, em particular no sector da educação.

Por fim, embora o progresso na redução das taxas de pobreza possa ser considerado impressionante, os níveis continuam altos. Mais de metade da população não chega a alcançar até mesmo os padrões de vida básicos empregues para projectar as linhas de pobreza. Deste modo ainda permanecem pela frente grandes desafios. Para alcançar reduções contínuas da pobreza, através do desenho de políticas que reflectam um entendimento melhorado das ligações entre escolhas de políticas, crescimento económico e redução da pobreza, serão necessárias análises dos processos causais concretos entre crescimento, políticas sociais e redução da pobreza. Apenas desta forma poderão delinear-se políticas económicas e sociais mais eficazes no processo de combate à pobreza.

BIBLIOGRAFIA

- Anand, Sudhir; Ravallion, Martin. 1993. "Human Development in Poor Countries: On the Role of Private Incomes and Public Services". *Journal of Economic Perspectives*. Vol. 7, Number 1. p.133-150.
- Atkinson, A.B. 1987. "On the Measurement of Poverty". *Econometrica*. Vol. 55, nº4. p. 749-764.
- Atkinson, A. B. 1993. "The Institution of an Official Poverty Line and Economic Policy". Welfare State Program Discussion Program Nº 98. STICERD. London School of Economics.
- Eatwell, John; Milgate, Murray; Newman, Peter. 1989. *Social Economics: the New Palgrave*. Norton. New York.
- Hagenaars, Adi; de Vos, Klaas. "The Definition and Measurement of Poverty". *The Journal of Human Resources*. vol. XXIII, nº2, p.211-221.
- Oppenheimer, Jochen; Raposo, Isabel. 2002. *A pobreza em Maputo*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Departamento da Cooperação. Coleção Cooperação – Volume 2. Lisboa.
- Runciman, W. G. 1966. *Relative Deprivation and Social Justice : A Study of Attitudes to Social Inequality in Twentieth-Century England*. Londres. Routledge.
- Sen, Amartya. 1999. *Pobreza e Fomes – Um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar. Lisboa. (1º edição portuguesa da obra original editada em 1981 pela Clarendon Press/Oxford University Press).
- Sen. 1999. *Un nouveau modèle économique – Développement, justice, liberté*. Paris. Odile Jacob.
- Singh, Ajit. 1978. "'Basic Needs' Approach to Development vs. The New International Economic Order: The Significance of Third World Industrialization". Policopiado. Departamento de Economia Aplicada. Universidade de Cambridge.
- Stewart, F.; Streeten, P. 1976. "New Strategies for Development: Poverty, Income Distribution and Growth". *Oxford Economic Papers*. Nº28.
- Townsend, Peter. 1974. "Poverty as Relative Deprivation: Resources and Styles of Living". In Dorothy Wedderburn, *Poverty, Inequality and Class Structure*, University Press, Cambridge.

Watts, Harold W. 1967. "The Iso-Prop Index: An Approach to the Determination of Differential Poverty Income Thresholds". *Journal of Human Resources*. Vol. 2. p. 3-18.

Documentos

Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment (1996-97). Ministry of Planning and Finance. Republic of Mozambique; Eduardo Mondlane University; International Food Policy Research Institute. 1998

Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty (2001-2005) (PARPA) - (Strategy Document for the Reduction of Poverty and Promotion of Economic Growth). Republic of Mozambique. Maputo. April 2001

PARPA Implementation Evaluation Report - 2001. Ministry of Planning and Finance – Republic of Mozambique. Maputo. February 2003.

Review of the Economic and Social Plan for 2003. Republic of Mozambique. March 2004

Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional. Direcção Nacional do Plano e Orçamento - Ministério de Plano e Finanças; Gabinete de Estudos - Ministério de Plano e Finanças; Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI); Universidade de Purdue. Março de 2004

Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. PNUD. Maputo. 2004

IMF Country Report. International Monetary Fund. September 2005

O CEsA

O CEsA é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

O autor

Sérgio Pires Vieira é Doutorado em Sócio-Economia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Realiza um projecto de pós-doutoramento, no CEsA, sobre Estratégias Económicas familiares no meio rural no sul de Moçambique.

Encontra-se desde Novembro de 2005 a desempenhar funções no departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas em Nova Iorque.

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: ++ / 351 / (0)21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>